

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de entrarmos em Breves Comunicações, gostaríamos de comunicar que se encontra sobre a mesa um ato da Presidência e um ato da Mesa que passamos a ler neste momento:

(Passa a ler.)

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 027-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado José Milton Scheffer, por um período de sessenta dias, a contar de 15 de agosto do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis,
agosto de 2013

(a) Deputado JOARES PONTICELLI
Presidente

ATO DA MESA N. 035-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Arnaldo Moraes, 1º Suplente da Coligação PP/PTdoB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado José Milton Scheffer, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis,
agosto de 2013

(a) Deputado JOARES PONTICELLI
Presidente”[sic]

Peço, neste momento, que o sr. Arnaldo Moraes, convocado para assumir o cargo nesta Casa, que proceda ao seu juramento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MORAES - “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar a leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.

Assim o prometo.”

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Convido o sr. deputado para assinar o termo de posse.

(Procede-se à assinatura.)

(Palmas)

Declaro empossado o sr. deputado Arnaldo Moraes.

(Palmas)

Convido o deputado Arnaldo Moraes para fazer uso da palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MORAES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é um prazer estar assumindo este cargo aqui na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, representando os 24.125 eleitores que outorgaram o seu voto no nome de Arnaldo Moraes.

Quero agradecer a presença neste ato dos meus pais, o sr. Ary Moraes e a d. Rosália Moraes, da minha namorada Carla Thays, dos meus companheiros de Lages, Sandro Anacleto, Walter Manfroi, Antônio Arruda, Iraci Soares Ramos, Euclides Mattoli, Gilson Moraes, Sílvia Broring. Também agradeço a presença dos companheiros de Otacílio Costa, Zani e Presunto, enfim, de todas as pessoas que me enviaram as congratulações parabenizando-me por este dia, por esta posse.

Estaremos aqui representando a nossa serra, o planalto catarinense que se encontra neste momento desprovido, em virtude da eleição do deputado Elizeu Mattos para o cargo de prefeito no município.

Aqui estaremos tentando substituir um decano da Casa, o deputado Ivan Ranzolin, que também agradeço a sua presença, neste ato, prestigiando-nos. Lembrando, deputado, que em sua primeira campanha, uma das primeiras pessoas que o apoiou, lá nos idos de 1960, 1970, foi o meu avô, sr. Chico Manfroi. E segundo ele, foi ao meu pai, sr. Ary Moraes, que o senhor foi pedir o apoio para ser candidato a deputado estadual. Depois, não quis mais sair daqui. Ficou um bom tempo e muito bem representou a serra catarinense e trabalhou por este estado.

Estaremos representando a cidade de Lages, a serra catarinense, e trabalhando pelo estado.

Queremos lembrar aos srs. deputados, aos catarinenses, ao governador Raimundo Colombo que também é lageano, que a serra catarinense muito contribuiu para o desenvolvimento do estado de

Santa Catarina, no tempo do caminho das tropas, no ciclo da madeira e, depois disso, com a litoralização da economia de Santa Catarina, necessita muito do apoio incondicional do governo do estado e dos srs. deputados, para que possamos retomar o caminho do desenvolvimento, melhorando os índices de desenvolvimento humano da nossa região, das cidades da serra catarinense, que se encontram nos últimos lugares nesses indicadores.

Então, estaremos, nesses 60 dias, trazendo a palavra do povo lageano, do povo serrano, colocando as suas necessidades. E quando perguntaram, em Lages, o que diria em meus discursos aqui, eu falei: "O mudinho chegou." Isso em virtude do apelido que ganhei quando fui vereador, em dois mandatos, no município de Lages. Mas sempre falo aquilo que é necessário para poder trazer a palavra da nossa gente.

Na Câmara de Vereadores, em Lages, tínhamos o vereador Rodrigo Silva, hoje ainda vereador, que gostava de chamar a atenção dos suplentes. Quando eles entravam e começavam a querer discursar muito, o vereador chamava a atenção dizendo que suplente não fala, ele geme, porque não tem mandato.

Dentro da expectativa, nesses 60 dias estaremos representando e trabalhando com v.exas. para o bom desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, em nome do PT, até por deferência da nossa líder Ana Paula Lima, gostaria de desejar boas-vindas ao deputado que está sendo empossado. E já percebemos, pela ponderação de sua fala e articulação, que certamente contribuirá

bastante com o Parlamento e a região serrana também, que passa a ter a representação.

Quero saudá-lo e desejar boas-vindas, ao tempo em que aproveito para saudar o ex-deputado Ivan Ranzolin que presidiu esta Casa e foi um dos grandes expoentes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, quero primeiramente desejar as boas-vindas ao colega deputado e correligionário lageano, Arnaldo Moraes, bem como relembrar que o Partido Progressista deu início a essa oportunidade de os suplentes assumirem nesta Assembleia por um período para valorizar os seus 24 mil votos que o colocaram nesta condição.

Desejo boas-vindas, em nome da nossa bancada, e certamente toda a Casa acolhe o deputado que contribuirá com o desenvolvimento da qualidade de vida dos catarinenses.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero dar boas-vindas ao deputado Arnaldo Moraes, pois pela sua fala sentimos que veio para marcar a sua passagem nesta Casa. Acima de tudo, a região serrana, Lages, tem ilustres lageanos, entre os quais o ex-deputado Ivan Ranzolin que teve seis mandatos, foi presidente da Casa.

Com certeza v.exa. haverá, como todos os lageanos, de fazer um grande trabalho em prol da Assembleia e em prol da sua região.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI - Quero cumprimentar o deputado Arnaldo Moraes por sua posse, nesta manhã. Cumprimento também o ex-deputado Ivan Ranzolin.

Quero dizer que é uma satisfação tê-lo, aqui, porque tenho uma relação muito próxima com o povo lageano. Fui intimado por companheiros de Lages, há menos de dois meses, na questão de distribuírem os recursos do BNDES, do PAC da mobilidade. E aí o argumento foi o seguinte: Deputado Sargento Amauri Soares, neste momento, o deputado Elizeu Mattos foi eleito prefeito e Lages não tem nenhum deputado. V.Exa. vota aqui, é nosso companheiro, então tem que comparecer.

Então, fico feliz de ter dado uma comparecida, vamos dizer, dessa forma, de ter o deputado Arnaldo Moraes para representar o povo lageano.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero dar as boas-vindas ao deputado Arnaldo Moraes e fazer também referência ao grande deputado Ivan Ranzolin que hoje tem a sua atividade junto aos defensores públicos.

Quero dizer duas coisas. Essa história de suplente gemer aqui não vale. Aqui, o suplente fala e ainda fala grosso.

Então, quero parabenizar o deputado José Milton Scheffer, porque como sempre a bancada do PP, da qual fiz parte, faz esse rodízio. São progressistas e trabalhadores.

Deputado Arnaldo Moraes, por uma questão de destino, por forças ocultas, v.exa. não está aqui efetivamente. Sei que v.exa. torceu muito pela nossa eleição, pediu votos, mas não deu dessa vez.

Seja bem-vindo!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO NADAL - Deputado, seja bem-vindo em nome da bancada do PMDB. Desejamos sucesso nessa missão. Até há pouco tivemos o deputado Elizeu Mattos aqui, líder do governo, que agora está como prefeito em Lages. Ele teve uma participação muito efetiva dentro da bancada. Trouxe toda a dedicação e o trabalho do lageano para esta Casa. Também o ex-deputado Ivan Ranzolin esteve por vários mandatos, aqui, no Parlamento. E esperamos também que este Parlamento corresponda à sua expectativa e faça com que a região possa desenvolver ainda mais em virtude de todas as ações que v.exa. vai desenvolver ao longo do período que estará como deputado estadual.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Quero dar os parabéns ao deputado Arnaldo Moraes que como eu também está assumindo como suplente.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Da mesma forma desejamos as boas-vindas ao deputado Arnaldo Moraes.

V.Exa. certamente contribuirá muito no debate e nos encaminhamentos de todas as temáticas da Casa.

Também registro a presença do ex-deputado Ivan Ranzolin.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero, em nome do PCdoB, iniciar a fala dando as boas-vindas ao deputado Arnaldo Moraes. Eu também fui suplente, exerci por rodízio da bancada do PT durante um período. É uma grande experiência e tenho certeza de que há de pavimentar a vinda de v.exa. para Assembleia Legislativa.

Gostaria, neste momento, de mencionar a nossa disposição de recorrer da decisão da Presidência da Casa que encaminhou à comissão de Constituição

e Justiça requerimento do deputado Maurício Eskudlark, levantando dúvidas sobre um fato determinado na nossa CPI.

Gostaria de iniciar dizendo que esse processo, segundo um sábio parlamentar com quem tenho dividido algumas reflexões, faz lembrar a própria postura do ex-deputado estadual Jaime Mantelli, que à época da cassação de Paulo Afonso, no episódio das letras, votou contra o seu próprio relatório.

Um parlamentar na hora que firma sua assinatura num documento tem que ter a responsabilidade política de saber o que está fazendo, porque cria expectativas, gera consequências políticas. E, portanto, o que se viu nesta Casa foi a reedição do padrão Jaime Mantelli, de assinar e depois não saber o que estava assinando, ou seja, tenho dúvidas e sou contra o que eu mesmo fiz.

Quero partir aqui na defesa da tese que o problema é dos catarinenses, de fato não cabendo à Assembleia Legislativa, como de fato não cabe investigar os municípios, porque eles é que devem investigar as questões municipais. Cabe a este Parlamento investigar, e esse é o fato determinado exposto claramente no pedido da CPI, sobre a municipalização de águas e saneamento em Santa Catarina.

Vejam os senhores que temos, em 26 municípios do estado, problemas. Em alguns a Raiz atua sem licitação. Em outros a empresa Raiz, como na região de Jaraguá do Sul, é derrotada no certame licitatório e aí é subcontratada pela empresa, no caso lá, Serrana. Em outros ainda, como o *Diário Catarinense* noticiou ontem, a empresa Raiz ganha a licitação com editais exatamente iguais, em vários municípios, repetindo inclusive o erro ortográfico, o erro da Língua Portuguesa.

Portanto, ou estamos num caso assombroso de coincidências, ou esse é um assunto que esta Assembleia não pode se furtar, assim disseram 19 parlamentares, de analisar.

Quero tratar do tema dos problemas causados com o processo de municipalização, privatização e

terceirização da água. Em Içara, Garopaba e Palhoça a situação virou caso de Polícia, com prisão de agentes públicos e de empreiteiros. Em Porto Belo e Barra Velha os prefeitos foram cassados por envolvimento em corrupção, inclusive na questão de saneamento. Na maioria das cidades, mais de 20, que saíram do sistema Casan, os prefeitos, alegando urgências, contrataram empresas com dispensa de licitação e renovaram os contratos por vários anos. Quando cobrados por órgãos competentes, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Câmara de Vereadores, lançaram editais de licitação viciados, de forma proposital, para serem barrados pelo Tribunal de Contas, Ministério Público e assim renovarem os contratos com as empresas que escolheram, sem licitação.

Cabe aqui e aí novamente aparece e atesta a competência da Assembleia Legislativa destacar o prejuízo da Casan. Entre setembro de 2002 até o momento saíram do sistema Casan mais de 20 municípios, em sua maioria grandes e médios, como Lages, Tubarão, Joinville, Balneário Camboriú, Itajaí, Itapema, Içara e Palhoça, reduzindo em cerca de 45% sua receita mensal e sua capacidade de endividamento.

Todos os ativos ficaram com os municípios, e o passivo com a Casan. Até hoje a Casan continua pagando empréstimos contraídos com instituições financeiras de investimentos realizados em vários desses municípios. Atualmente a Casan se sustenta em quatro grandes municípios, Florianópolis, São José, Criciúma e Chapecó. Aproximadamente 30 municípios são responsáveis por 80% de sua receita; por outro lado, cerca de 160 municípios representam apenas 30% da receita. Na maioria são municípios pequenos, deficitários, sem ganho de escala, sendo necessário realizar em todos os municípios o ciclo econômico completo: captação, tratamento, distribuição e comercialização. Em poucos municípios os sistemas são integrados, tipo: Florianópolis, São José, Biguaçu, Santo Amaro, Criciúma, Nova Veneza, Siderópolis. Como

diz o dito popular, a carne de pescoço sobrou para o estado.

Passada quase uma década do início deste processo, os números atestam que a municipalização não resolveu os problemas de saneamento básico, sobretudo de coleta e tratamento de esgoto sanitário, inclusive em grandes cidades como Lages, Tubarão, Itajaí, Palhoça. Na maioria das cidades, antes da ruptura, a Casan apresentou proposta de investimentos para obras em água e esgoto, porém, negados pelos prefeitos.

Um dos grandes motivos para não avançar as ações de saneamento nesses grandes municípios é o desvio de finalidade, ou seja, a receita oriunda do saneamento vai para a conta do município e não para o fundo municipal de saneamento, conforme prevê a Lei n. 11.445/2007, como dita a Política Nacional de Saneamento.

Esse processo, além de não resolver os problemas do saneamento básico, fragilizou a Casan, reduzindo sua capacidade de ação, gerou prejuízos financeiros ao erário público, entregou para empreiteiras sistemas superavitários, jogou para o estado a responsabilidade de desenvolver ações de saneamento nas cidades pequenas, que são a maioria em nosso estado, dificultando a promoção de saúde pública, e ainda estimulou e facilitou o sistema de corrupção.

Portanto, srs. deputados, se dizemos que no estado de Santa Catarina a municipalização de um horizonte não melhorou a vida do nosso povo, aqui, em Palhoça, o dinheiro arrecadado com saneamento, dito pelo prefeito Camilo, textualmente, está indo para o caixa geral do município, para pagar a folha, para pagar os servidores públicos, contrariando a Lei Federal que já citei aqui, n. 11.445, de 2007, que dita a política nacional de saneamento.

Não melhorou a vida do povo, não melhorou a vida do estado de Santa Catarina que agora passa a ser responsabilizado diretamente pelos empréstimos que foram contraídos pelos municípios que saíram do sistema, e é bom lembrar a esses municípios, na hora em que saírem do sistema, que só se

privatizou o filé mignon, só a parte superavitária, porque o passivo ficou com a Casan.

Precisamos combater imediatamente o argumento que diz que a Assembleia Legislativa não pode investigar o que acontece nos municípios. A comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres, no estado de Santa Catarina, foi em todos os estados onde é combatida a violência contra as mulheres. E obviamente que a CPMI, que é a reunião da Câmara e do Senado Federal, não tem autonomia para vir aqui, discutir e propor qualquer medida coercitiva contra os estados. Mas tem o dever de levantar a situação no país inteiro. É a mesma simetria que estamos invocando para o estado de Santa Catarina. Vamos recorrer. E ontem já anunciamos isso. Vamos apresentar recurso, cuja análise precede inclusive a própria análise da CPI na comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que está presidindo esta sessão, sras. deputadas, srs. deputados, todos que acompanham a nossa sessão, especialmente os que assistem à sessão através da TVAL e da Rádio Alesc Digital e também a imprensa, venho à tribuna, no horário de Breves Comunicações, para falar de um tema importante e que ainda está na pauta, pelo menos na minha pauta política.

Passado um mês e pouco do momento em que a sociedade civil se mobilizou no Brasil e aqui em Santa Catarina também, uma mobilização democrática, uma mobilização que todos acompanhamos e nunca duvidamos dos reais interesses, a classe política, principalmente a classe política nacional, já esqueceu o recado dado nas ruas. E o recado no meu ponto de vista, dado naquele momento, é que os serviços públicos

em nosso país estão quebrados, estão falidos, não funcionam.

O caos está estabelecido em alguns setores, mais em alguns setores e menos em outros, mas na maioria dos casos, principalmente na área da saúde, que é o principal grito de guerra hoje ainda, principalmente da classe menos assistida, como também na área de segurança, da educação e em muitos outros.

Qual seria a solução? Primeiro, votou-se rapidamente uma emenda constitucional para tentar acalmar as mobilizações. Algumas outras intenções foram lançadas, mas foi jogada para o Congresso Nacional a responsabilidade da continuidade das ações, especialmente da reforma política que acabou consumindo o debate. Mas o pano de fundo nunca foi atacado, nunca foi discutido e passou mais uma vez ao lado daquilo que é a única solução, do meu ponto de vista, para melhorarmos a infraestrutura, para melhorar a segurança, para melhorar a educação e a saúde, que é a reforma fiscal tributária neste país.

Não se fala mais nisso, há muito tempo, no Congresso Nacional. Toda vez que inicia uma nova legislatura, começa um movimento que se vai calando e morre.

A reforma fiscal e tributária é a mãe das reformas que são necessárias neste país. Ela vai colocar novamente aos municípios recursos que foram tirados dos municípios, deputado Taxista Voltolini. Hoje, apenas 11% de toda carga tributária arrecadada neste país estão nos cofres municipais, que é onde estão os nossos problemas, é onde vive a população em primeiro lugar.

A comunidade quer solução, bate à porta dos nossos prefeitos, independentemente de partido político, e nada pode ser resolvido, a não ser que os municípios possuam receita própria, aqueles que participam do Fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios, estes têm condições de atender melhor aos serviços públicos. Todos os demais estão na vala comum, todos estão falidos.

Uma recente pesquisa feita em Santa Catarina, que foi mostrada por uma emissora de jornalismo, aponta que 77% da população estão insatisfeitos com os novos prefeitos que assumiram recentemente - e isso porque os coitados não têm recursos para fazer frente às necessidades que cabem aos municípios.

Estamos vivendo ainda esse momento de euforia - e que vai acabar logo -, devido ao empréstimo que o governo federal acenou para Santa Catarina. E serão R\$ 5 bilhões, R\$ 6 bilhões ou R\$ 7 bilhões, ninguém sabe exatamente ao certo. Eu, pelo menos como presidente da comissão de Finanças, não sei exatamente o número exato - de tantos que foram - dos convênios aqui aprovados para a possibilidade de empréstimo. Mas o recurso ainda não chegou, e vai demorar a chegar. E quando chegar já não vai mais resolver os problemas pendentes.

Assim, é um círculo vicioso: resolve-se um problema na segurança e tira-se dinheiro da saúde; resolve-se um problema na saúde e tira-se dinheiro da educação. Nós andamos em círculo, sem nenhuma solução, porque a solução verdadeira neste país é uma reforma tributária fiscal.

Temos a segunda maior carga tributária do mundo. Perdemos em carga tributária somente para a Suécia que é um país pequeno, economicamente fraco, que não representa muita coisa na economia mundial. Mas lá todos os serviços públicos são pontuais, com qualidade e acontecem. Lá o cidadão paga o seu imposto e sabe que terá a contrapartida, que são os serviços públicos atuantes. Mas aqui no Brasil não é assim.

Nós somos a sétima ou oitava economia do mundo. Então, imaginem o que representa isso em arrecadação! Todos os meses o governo federal bate recorde de arrecadação. Não há crise no governo federal, nem pode ter. E isso não é somente no atual governo, pois já vem de outros governos, inclusive o do meu partido, o PSDB. E aí, sim, eu também entro numa crítica ao meu partido que mais uma vez também não se posicionou nacionalmente a favor de uma reforma tributária fiscal, que é, no

nosso ponto de vista, a única que vai salvar este país.

Eu e o deputado Dado Chereim estávamos comentando ainda há pouco sobre a política de entregar retroescavadeira para os municípios. Alguns políticos sobem em um trator para mostrar que estão lá entregando uma retroescavadeira. Acho que Paulo Maluf fez isso, há 30 anos ou 40 anos, ao entregar ambulâncias para os municípios, para se viabilizar politicamente, e vejam o desastre que foi.

Hoje essa política ainda continua existindo, com alguns políticos subindo em um trator, querendo bater fotografias, como se isso fosse a solução para os nossos municípios, como se isso fosse a solução para o nosso estado, como se isso fosse a solução para os brasileiros. Mas isso é apenas uma política oportunista, uma política pontual, uma vez que, volto a dizer, a responsabilidade cabe ao Congresso Nacional, aos nossos deputados federais e senadores, que têm que puxar essa reforma tributária. Mas quando o Congresso a inicia, o governo federal põe a sua força política em ação para anular qualquer iniciativa, porque não lhe interessa uma reforma fiscal ou tributária. Serve para poder a atual política em que todo o recurso está concentrado na mão do governo federal.

Quando se fala em reforma fiscal e tributária, entra-se diretamente no assunto principal, que é a reforma do sistema federativo do Brasil, que é feita por três entes federados: o estado, o município e a união. Mas os dois mais fracos desse elo são apenas os fazem parte do sofrimento, ou seja, os serviços públicos, na verdade, estão concentrados nos municípios e nos estados.

Não vai haver solução, e o povo vai voltar às ruas, deputado Silvio Dreveck, no ano que vem, na época da eleição, e vai ser contra nós que temos mandatos hoje. Todos seremos julgados de forma igual, porque não estamos apresentando uma solução definitiva.

Não estou falando aqui em partidos políticos e individualizando esse assunto, porque ele é de

todos nós que temos a responsabilidade de um mandato. E especialmente daqueles que têm um mandato federal, pois é lá que está a grande solução da reforma política, da reforma tributária, da reforma fiscal, da reforma do Código Penal, da reforma do Judiciário e de tantas reformas que este país vai cada vez mais esticando para que não aconteçam, na realidade.

Dito isso, quero fazer a minha manifestação angustiada, deputado Padre Pedro Baldissera, por não ver nada acontecendo em nível de Congresso Nacional, naquilo que é a única solução viável para termos um país verdadeiramente democrático, um país verdadeiramente federativo e para que a base da sociedade, a população, possa ter serviço público de qualidade nos seus municípios.

Era isso, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera. Srs. parlamentares muito bom-dia! Quem nos acompanha também pela TVAL, Rádio Digital e quem nos honra com a sua presença neste plenário nesta manhã de quinta-feira, bom-dia.

Sr. presidente, ouvi atentamente as palavras do deputado Gilmar Knaesel e em algumas coisas concordamos, em outras nem tanto, mas o Parlamento catarinense pode dar alguns exemplos também.

Vivemos uma crise moral. Nós parlamentares de Santa Catarina, responsáveis por fazer as leis para benefício do povo, responsáveis de fiscalizar o governo do estado de Santa Catarina, responsáveis e seres guardiões dos recursos públicos, podemos dar um bom exemplo também para outros políticos, pois esta Casa que se intitula a Casa da verdade precisa ter na prática dos componentes desta Casa a verdade.

Falo isso, sr. presidente, para elucidar este momento, porque nos últimos dias estou lendo a vida, a biografia de Mahatma Gandhi, pois também me socializei com o deputado Neodi Saretta. E nessa biografia, deputado Neodi Saretta, Gandhi nos ensina algumas coisas. Ele foi um líder pacifista na luta da Índia. Mas olhando ontem à noite ainda essa biografia, Gandhi, num determinado ponto, começou com uma campanha cujo nome é *Sathiagraha*.

Sathiagraha, srs. deputados e público catarinense, é um termo sânscrito, composto de duas palavras, deputado Dado Cherem, *Satya*, traduzida para o Português, quer dizer verdade e *Agraha* como busca. Então, *Sathiagraha* é a tradução de caminhos da verdade e que pode ser também insistir pela verdade, pode ser também firmeza pela verdade. Por isso, neste momento tem muito a ver com que estamos vivendo neste Parlamento.

A biografia de Gandhi trata também de sua responsabilidade em relação à independência da Índia. E como pacifista construiu um conceito para sua luta em defesa do seu povo contra a exploração e contra o domínio de estrangeiros. Nós acompanhamos em alguns filmes, e quem não leu a sua biografia está aí uma boa oportunidade de saber um pouco sobre esse pacifista.

Em termos muito atuais ficou conhecido também com essa campanha *Sathiagraha*, de Gandhi. E no Brasil também tivemos uma campanha feita pela operação da Polícia Federal, Operação *Sathiagraha*, que vocês todos devem se lembrar. Digo que é um termo atual, mas que está muito ausente na nossa política, especialmente na política catarinense.

Por isso, nessa crise moral que estamos vivendo em todos os Parlamentos, em todas as Câmaras de Vereadores, em que o povo vai para a rua, é realmente uma crise moral, porque o povo vai para a rua questionar inclusive algumas situações, alguns posicionamentos de alguns parlamentares.

Na filosofia desenvolvida por Mahatma tem outra palavra transcrita que quer dizer alma

grande, também para o movimento de resistência não violenta, na Índia colonial.

Creio que vivemos uma crise também moral e, mesmo com o recado das ruas, continuamos a repetir as mesmas práticas rejeitadas pela população.

Eu vou me ater à defesa do povo catarinense no Parlamento catarinense, como guardião dos recursos públicos, pois é para isso que estou aqui. Não sou deputada federal, e se fosse estaria lá fazendo a defesa do povo brasileiro. Mas o governo de Santa Catarina, com sua grande bancada nesta Casa, com sua maioria parlamentar, impede que o Parlamento tenha firmeza na verdade, impede que o Parlamento cumpra uma das suas maiores responsabilidades: fiscalizar o governo.

Por que o medo da verdade? Falta então a esses parlamentares firmeza na verdade, o caminho da verdade. Aliás, insistem em esconder da população a verdade.

Assistimos a um verdadeiro funeral de CPIs nesta Casa. Primeiramente, é uma dificuldade para coletar as assinaturas, e quando conseguimos deparamos com situações como houve ontem. A CPI da saúde foi enterrada, a CPI da Casan, e vislumbramos aqui fazer as investigações, foi enterrada. E agora através de acordos nos bastidores tentam enterrar duas CPIS, a CPI das Águas e a CPI da Celesc.

Espero que os parlamentares desta Casa tenham firmeza na verdade. Falta o caminho da verdade. A política nos ensina que às vezes é preciso cortar a própria carne. Se um companheiro nosso comete malfeitos, o que se espera de um governante é que o puna exemplarmente e que o exonere.

Em Santa Catarina os que cometem malfeitos são protegidos, aliás, temos uma rede de proteção aos membros do governo envolvidos em malfeitos. Ninguém é demitido, ninguém é exonerado. Alguns são transferidos e até são beneficiados com cargos ainda melhores. Falta firmeza na verdade. O governador não pode continuar a fechar os olhos aos malfeitos no seu governo.

Este Parlamento está aqui à disposição para ajudar o governo, mas não podemos mais manter nos

cargos os que pilharam os recursos públicos na Celesc, na Casan, na Saúde, a exemplo do ex-prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, envolvido numa rede de corrupção na operação Tapete Negro do Ministério Público, mas que ocupa um cargo no alto escalão, presidente do Badesc, responsável em distribuir os recursos do Badesc para os municípios. Ora, uma pessoa que está sendo investigada numa rede de comunicação, que é o Tapete Negro em Blumenau, ganhou um cargo melhor, que é ser presidente de um banco do estado.

Essas práticas levam ao descrédito a política. A política é maior do que isso. E este é um espaço da cidadania, em que temos para defender o povo, os recursos públicos, a verdade. Esta tem que ser a Casa da verdade. Nós estamos aqui também, com toda a população catarinense, para construirmos caminhos que possibilitem a melhoria de vida para o nosso povo.

É preciso mais grandeza; é preciso mais humildade; é preciso mais verdade; é preciso mais firmeza. Na verdade, é preciso *Sathiagraha*.

Ontem assistimos a um episódio lamentável, nesta Casa, eis que com um acordo de bastidores tentaram enterrar a CPI das Águas que se propõe a investigar a corrupção sistêmica nas privatizações das águas do nosso estado, nos municípios.

Ora, a água é um bem público e está servindo para garantir milhares de desvios públicos para alguns que são beneficiados com isso.

Por que o medo da CPI? Por que o medo da investigação? Por que o medo da verdade?

Infelizmente, um colega nosso, deputado Maurício Eskudlark, líder do PSD, assinou o requerimento, tenho certeza que assim o fez por estar ocupando a liderança do seu partido, partido do governador. Ele teve que assinar esse requerimento esdrúxulo, não entendível. Seria muito mais elegante retirar o nome da assinatura da CPI e não entrar com esse requerimento solicitando o enterro da CPI das águas.

O que nos falta, infelizmente, é a verdade. E é para isso que estamos aqui; é para isso somos eleitos, para ter o caminho da verdade, a firmeza

na verdade. Se tivéssemos condições, faríamos todas as investigações possíveis, porque não temos que ter medo da verdade, aqui, nas Câmaras Municipais, no Congresso Nacional. Mas na prática isso não acontece, porque existem altos escalões do governo que se beneficiam dessas redes de comunicações.

Sr. presidente, srs. deputados, temos muito que aprender, temos muito que ensinar também, mas temos que aprender com Gandhi, Sathiagraha, firmeza na verdade, caminho na verdade, insistirmos na verdade. É para isso que essa Casa serve; é para isso que os catarinenses nos colocaram aqui.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero enaltecer, inicialmente, o movimento que começou nas ruas. E esse povo de várias maneiras manifestou a indignação do resultado ruim da falta de resposta efetiva do Poder Público, que tem várias causas em relação à sua lerdeza, nessas operações. Mas que pouco a pouco cada um vai fazendo as pressões onde devem e onde podem fazer e lentamente vamos ter algumas respostas efetivas. Muitas vezes, vemos ou encontramos situações que o funcionário de um setor ou de outro, talvez, exacerba da sua atuação e cria situações difíceis para o próprio governo.

Na segunda-feira, certamente, vocês acompanharam, e os deputados também, que Santa Catarina foi notícia nacional por apresentar algumas obras, nas quais foram gastos milhões de reais para executá-las, mas que, quando foi para colocar em funcionamento, faltaram pequenos detalhes que poderiam ter sido corrigidos ou que poderiam ter sido excluídos, para permitir esse seu funcionamento. E cito aqui o exemplo do

hospital de Biguaçu que a Vigilância Sanitária não permitiu a abertura, devido a um problema de degrau de banheiro.

A Vigilância Sanitária poderia, conjuntamente com a própria direção do hospital, ter encontrado uma solução de até corrigir o piso ou de excluir aquele quarto, de levantar uma parede na porta que dá acesso ao quarto, para excluí-lo, ou ainda transformar aquele aposento num escritório para o auxiliar do diretor fazer algum outro serviço, mas que não servisse de quarto.

Porém, o hospital foi interditado, impedido de abrir, por causa do banheiro que não foi adequadamente executado, conforme a Vigilância Sanitária previa.

Cito como exemplo também a Fatma, um órgão do governo, que é importante para promover o desenvolvimento econômico, onde é imprescindível que se autorize inúmeras iniciativas empreendedoras que temos ali. Temos também a questão da energia elétrica, onde existem centenas de projetos por falta de análise, porque está ali alguém que em vez de ajudar fica atrapalhando o órgão a que ele pertence, o Executivo a que ele pertence.

Também, estamos acompanhando no Congresso Nacional a emenda dos *royalties* do petróleo. E houve um movimento de todos os parlamentares brasileiros, deputados federais e senadores, justamente para que os *royalties* do petróleo redistribuídos

Vejam então que essa mobilização social não cessou, ela continua, e cabe a nós continuar buscando a solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Srs. deputados, sras. deputadas, deputado Arnaldo Moraes, mais uma vez a nossa saudação não só desejando boas-vindas, mas certamente uma boa atuação aqui no Parlamento catarinense. E não temos a menor dúvida de que v.exa. fará um bom trabalho pelos catarinenses, em especial pela sua região do planalto serrano. Conte com a nossa colaboração naquilo que o Partido Progressista pode contribuir para o bom desempenho de suas atividades, que é peculiar na sua competência, na sua capacidade e inteligência. E certamente exercerá um bom mandato.

Ao passo que pretendo fazer um registro por conta do que falei ontem, do avanço que nós tivemos no orçamento federal, tornando-o impositivo.

Eu ouvia aqui nesta semana, na sessão de terça-feira, manifestações sobre as reformas no âmbito federal, da reforma política, da reforma tributária, da reforma trabalhista e tantas outras.

Eu penso que a minha tese pelo menos é um pouco contrária daquela de que primeiro nós temos que fazer a reforma tributária, primeiro nós temos que fazer a reforma trabalhista. Obviamente que elas são importantes. Mas o que poderá levar a acontecer a reforma trabalhista como a reforma tributária e tantas outras é que o Brasil precisa primeiramente fazer a reforma política, a reforma que vai consolidar as demais por conta do fortalecimento democrático e dos partidos. Não há como fortalecer as próprias condições do próprio Poder Executivo, ou seja, do governo, se não fortalecer os partidos políticos, sejam os que estão na oposição ou na base de sustentação de um governo.

Eu penso e acredito que se der serenidade na reforma política, podemos avançar para as demais reformas, desde a unificação do calendário eleitoral, onde já existe uma proposta inicial para coincidência de mandatos em 2018, pelo menos

é uma proposta onde se tem algum avanço. É evidente que ainda há alguns pensamentos, algumas resistências que não concordam com essa tese, mas obviamente que o eleitor, a população, está clamando por essa coincidência de mandatos, considerando que a cada dois anos nós temos eleição no Brasil.

Sr. presidente, por exemplo, no ano que o prefeito assume a prefeitura, fica no primeiro ano se adaptando, se adequando, tanto ele próprio como a sua equipe de governo, então, o primeiro ano é de adaptação. No segundo ano já vêm as eleições estaduais, federais, portanto, foca-se na eleição e aliado a isto aos impedimentos legais, ou seja, não há permissão para se fazer transferência de recursos extraordinários, é um ano em que praticamente há uma estagnação.

O terceiro ano é onde pode se executar ou dar mais serenidade nos investimentos nos municípios, porque no quarto ano já tem eleição municipal novamente, já se trabalha com o calendário eleitoral, portanto, isso tem trazido prejuízos para a população brasileira, sem computar as despesas que uma eleição envolve, não só na campanha eleitoral, mas em todas as instituições que estão envolvidas, começando pelo Supremo Tribunal Eleitoral, os Tribunais Estaduais, os fóruns locais e regionais, pois todos ficam envolvidos no processo eleitoral, sem contar ainda a campanha de explicação, de esclarecimento, através da mídia. Então, são muitos recursos públicos envolvidos, e automaticamente esses recursos poderiam ser canalizados para a população brasileira.

Então, penso que essa tese de fazer a reforma política, tanto eleitoral, tanto quanto de fortalecimento de partidos, que infelizmente existia, proposta que levou quase dez anos para entrar em vigor, e que o Supremo Tribunal Superior considerou inconstitucional, e eu até hoje não entendi, agora outro caminho me parece que é o fim das eleições nas proporcionais, que seria um instrumento de fortalecimento dos partidos.

Para concluir, sr. presidente, gostaria de dizer que penso que nós, deputados estaduais, poderemos também colaborar com as nossas ideias e pensamentos junto aos deputados federais para que eles, que têm essa incumbência, possam dar celeridade nessa reforma política em prol do povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck, que ocupou o horário do PP.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSD, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PMDB, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s: 0060/2013, 0167/2013 e 0211/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0040/2013, 0065/2013, 0099/2012, 0176/2013, 0187/2013, 0208/2013, 0217/2013, 0234/2013, 0244/2013, 0259/2013, 0261/2013, 0263/2013, 0282/2013, 0303/2013, 0310/2013, 0311/2013, 0313/2013, 0346/2013, 0348/2013, 0350/2013, 0372/2013, 0383/2013, 0385/2013, 0389/2013, 0450/2013 e 0516/2012.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0123/2012.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apresentar de forma oral, como prevê o Regimento, recurso contra a decisão da Presidência que remeteu a CPI já instalada à comissão de Constituição e Justiça. Portanto, cumprindo o rito previsto em Regimento. E por precaução estou apresentando por escrito o mesmo requerimento. Os dois têm exatamente o mesmo fundamento, que é a decisão do Supremo Tribunal Federal, reiterada em vários julgados. E destaco aqui o julgado de relatoria do ministro Celso de Mello que veda a possibilidade de, uma vez instalada uma CPI, e já tendo as assinaturas necessárias, ser remetida para qualquer órgão fracionário das Assembleias Legislativas, como fez quando tratou de caso idêntico da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Portanto, apresento de forma oral o recurso na forma do Regimento e apresento por escrito o mesmo recurso, ambos com o mesmo fundamento, proibindo que a CPI seja submetida a órgão fracionário de Assembleia Legislativa. E alerto que a apreciação desse recurso que apresento ora em plenário há de ser apreciado pela própria comissão de Constituição e Justiça, mas precede a apreciação do pedido de CPI remetido àquela comissão, porque trata exatamente do seu recebimento.

Desta forma, peço que conste em ata o recurso oral e a manifestação do recurso por escrito que também estou encaminhando à Mesa ainda durante esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está bem, deputada. Peço à assessoria que faça os registros em ata da sua manifestação e, assim como v.exa. colocou, o procedimento do requerimento por escrito.

Conforme solicitação da Deputada Angela Albino, procederemos à inserção nesta ata do seu recurso.

**“EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

RECURSO DA DECISÃO DO PRESIDENTE

A Deputada que este subscreve, com amparo no § 8º do art. 99 do Regimento Interno, c/c com o § 3º do art. 58 da Constituição Federal e § 3º do art. 47 da Carta Estadual, bem em decisões do Supremo Tribunal Federal **REQUER** seja encaminhada o presente **RECURSO DA DECISÃO DO PRESIDENTE** de encaminhar o Requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI das Águas à Comissão de Constituição de Justiça.

Senhor Presidente, no dia 13.08.2013, foi protocolado nesta Casa o Requerimento subscrito por 19 parlamentares para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI das Águas, contendo fato determinado, prazo certo e subscrito, e é importante frisar, **por mais de um terço dos parlamentares (!)**.

Enquanto a sociedade catarinense festejava esperançosa de que esta Casa iria exercer sua prerrogativa constitucional de investigar fatos que fortemente indicam a ocorrência da odiosa prática de ilícitos com prejuízo ao erário e ainda com a precarização dos serviços de água e saneamento mediante processo de municipalização dos serviços de água e saneamento **em vários municípios catarinenses (!)**, foi surpreendida com a suscitação de dúvida feita pelo Deputado Maurício Eskudlark, Líder do Partido Social Democrático – PSD, subscritor do requerimento da criação da referida CPI.

Em que pese que a referida decisão feita por Vossa Excelência de remessa do referido requerimento de criação da CPI das Águas à Comissão de Constituição de Justiça encontra amparo no § 3º do art. 41 do RIALESC, desde que

encaminhado pela Mesa, viola expressamente o direito subjetivo das minorias de instaurar CPI.

Pela jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal após apresentado o requerimento de criação de CPI, cumprido os requisitos exigidos no art. 58, § 3 da CF - fato determinado, mínimo de assinaturas e prazo certo - deve o Presidente tomar medidas imediatas para a sua instauração:

"Ação direta de inconstitucionalidade. Arts. 34, § 1º, e 170, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. CPI. Criação. Deliberação do Plenário da Assembleia Legislativa. **Requisito que não encontra respaldo no texto da CB. Simetria. Observância compulsória pelos Estados-membros.** Violação do art. 58, § 3º, da CB. A Constituição do Brasil assegura a um terço dos membros da Câmara dos Deputados e a 1/3 dos membros do Senado Federal a criação da CPI, deixando porém ao próprio parlamento o seu destino. A garantia assegurada a 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado estende-se aos membros das Assembleias Legislativas estaduais – garantia das minorias. **O modelo federal de criação e instauração das comissões parlamentares de inquérito constitui matéria a ser compulsoriamente observada pelas casas legislativas estaduais. A garantia da instalação da CPI independe de deliberação plenária, seja da Câmara, do Senado ou da Assembleia Legislativa. Precedentes. Não há razão para a submissão do requerimento de constituição de CPI a qualquer órgão da Assembleia Legislativa.** Os requisitos indispensáveis à criação das comissões parlamentares de inquérito estão dispostos, estritamente, no art. 58 da CB/1988. Pedido julgado procedente para declarar inconstitucionais o trecho 'só será submetido à discussão e votação decorridas 24 horas de sua apresentação, e', constante do § 1º do art. 34, e o inciso I do art. 170, ambos da Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo." (**ADI 3.619**, Rel. Min. **Eros Grau**, julgamento em 1º-8-2006, Plenário, *DJ* de 20-4-2007.)

Portanto, conforme se pode facilmente constatar é expressamente vedado pela jurisprudência firmada pelo STF medidas que remetam a criação de CPI à comissão e ao Plenário como ora se pretende.

Portanto se REQUER em observância a jurisprudência firmada pelo STF sejam tomadas medidas imediatas para a instauração da referida CPI, bem como reveja a decisão de encaminhar o referido requerimento de criação à CCJ.

Sala das sessões, em 15/08/2013

(a)Deputada Angela Albino”

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0016/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0106/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0132/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0134/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0136/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0137/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0181/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0191/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0195/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0201/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0203/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0204/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0218/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0219/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0221/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0223/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0346/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0500/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0501/2013 e 502/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0855/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0856/2013, 0857/2013, 0858/2013, de autoria do Nilson Gonçalves, e 0859/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada.

Eu quero fazer alguns registros e depois continuar debatendo o nosso espanto pelo silêncio sepulcral deste Poder diante de alguns fatos.

Começo registrando o fato de que o governo do estado começou a divulgar que teremos, no ano de 2013 para 2014, próximo verão, recurso para a Operação Veraneio. Todos os interessados em visitar Santa Catarina poderão fazê-lo, porque o estado é preocupado com isso, e assim teremos segurança, milhões para garantir uma estrutura e equipamentos para reforçar a segurança pública do estado. Mas nenhuma fala do governo a respeito da condição dos trabalhadores que garantirão a segurança para os cidadãos catarinenses e para aqueles que visitarem o nosso estado no próximo verão.

Estamos há alguns anos estamos falando de vários elementos, inclusive de diárias. Desde 2001, o valor da diária, no estado, no Poder Executivo, é claro, aqui cresceu, acolá cresceu, mas no Poder Executivo continua igual, desde 2001. E a diária de um soldado que sai da cidade de Lages, de Chapecó ou dessas regiões para trabalhar durante o verão em Balneário Camboriú são R\$ 100,00.

O policial ou bombeiro lageano que sair de Lages para trabalhar em Balneário Camboriú não tem direito à alimentação nem alojamento no quartel e ganha R\$ 100,00 de diária.

Pergunto para os senhores, senhoras e para qualquer pessoa que esteja nos ouvindo, quem aqui ou quem nos ouve viveria em Balneário Camboriú com R\$ 100,00, em qualquer época do ano, especialmente no verão? Ou fica sem comer, ou fica sem dormir, porque R\$ 100,00 com certeza não dá para pagar o hotel mais barato em Balneário Camboriú e fazer uma alimentação minimamente decente, uma que seja, não vou dizer três ou quatro refeições diárias, que é o mínimo que o ser humano precisa, além de ingerir água, que também é bem cobrada nessas regiões durante o verão.

Digo isso, deputado Arnaldo Moraes, até gastando um pouco do tempo, porque vim para cá em 86, fiz escola de soldado em Lages e fui para Rio do Sul. Colono lá de Imbuia, filho de agricultor, colocaram-me a trabalhar na praia Mole, que na época nem era badalada como é hoje, aqui, na capital. E fui até um bar pedir uma água. Custou cinco cruzados, acho que era o dinheiro na época. Era tudo o que eu tinha. E se não tivesse, teria que pagar o mico de um policial pedir uma água para tomar e não pagar. Então, para beber água em Balneário Camboriú está faltando dinheiro para o policial e o bombeiro que vêm trabalhar.

Balneário Camboriú, Florianópolis, Enseada ou em qualquer praia, como São Francisco do Sul, no norte ou no sul do estado, é uma vergonha, um insulto à dignidade humana o valor da diária que o governo paga ao servidor do Poder Executivo. Nós estamos até planejando um projeto para que as diárias sejam igualadas entre os diversos Poderes, para ver se conseguimos refletir pelo menos na hora de aprovar generosidades para uns e o calvário para outros.

Também o salário do servidor da Segurança Pública continua em debate. E agora dizem que vão instituir subsídios e não vão tirar alguns direitos, mas precisa mudar a lei de jornada de trabalho. Inclusive, o governo, esta semana,

apresentou um monstrengo, a meu ver, em termos de relação de trabalho, que é o banco de horas, sempre em prejuízo dos trabalhadores.

É evidente que as entidades representativas estarão discutindo. E a nossa posição estará em conformidade com a posição tomada coletivamente pelos servidores da Segurança Pública, especialmente os praças da Polícia e dos Bombeiros.

Quero registrar, ainda, a caravana a Brasília, na próxima semana, nos dias 20 e 21 de agosto, a manifestação dos praças e de outros segmentos da segurança, em Brasília, a convocação da Associação Nacional dos Praças, Anaspra. E aqui em Santa Catarina a Aprasc, que é filiada à Anaspra, está organizando a ida de uma caravana também, para discutir a PEC n. 300 ou 466, que é o piso nacional dos salários; a PEC n. 102 que discute a desmilitarização e o ciclo completo de polícia; a PEC n. 24, que trata do Fundo Nacional para a Segurança, pois precisa de recursos para melhorar a segurança pública; e o PL n. 4363, que é a lei de organização básica das polícias militares e do corpo de bombeiros.

Evidentemente que aplaudimos essa manifestação e esses companheiros que estão indo até lá para participar de toda essa discussão. E como já disse, a nossa gloriosa Aprasc, com os seus quase 300 mil filiados, estará em caravana indo a Brasília, na próxima semana, para participar e apoiar a aprovação de todos esses projetos.

Por fim, não poderia deixar a semana encerrar sem refletir sobre o silêncio que se ouve desses vidros e dessas paredes.

Deputado Arnaldo Moraes, acaba de entrar no ambiente que tem o maior número de coveiros por metro quadrado, no estado catarinense. Alguns podem dizer que estamos aqui fazendo o trabalho de Oposição, que é discurso ideológico, e tentaram levar para esse lado, mas é escandaloso o fato de que a Assembleia Legislativa não querer saber das irregularidades, falcatruas, roubos grosseiros, volumosos, nas Centrais Elétricas de Santa Catarina, Celesc.

Virou moda faz tempo, aqui no estado de Santa Catarina, falcatruas das mais diversas, com verdadeiras máfias para sugar dinheiro do serviço de água e saneamento, enquanto a maioria da população catarinense não tem serviço de saneamento básico. A da Palhoça é só uma. E precisamos falar as coisas como elas são. E falarmos aqui da nossa avaliação.

A composição política das últimas três gestões, do município de Palhoça, é a mesma gestão, é o mesmo bloco de poder político-partidário que governa o estado de Santa Catarina e que tem a imensa maioria esmagadora nesta Assembleia Legislativa.

Não e se isente o governo do estado com relação à determinação para que seja sepultada a CPI das Águas. Não se silencie esses microfones e a imprensa de Santa Catarina diante do fato escandaloso de que há mais de dois anos a Celesc fez uma auditoria, ela própria fez a auditoria, descobriu infinidades de falcatruas, encaminhou para o Ministério Público, encaminhou para a Polícia Civil, mas não encaminhou para a imprensa, para a sociedade e muito menos para a Assembleia Legislativa o resultado da auditoria. E até agora também ninguém foi intimado, ninguém foi denunciado. Mas o escândalo parece-me que já estava nessa auditoria que ninguém tinha conhecimento. São R\$ 5,9 milhões roubados da Celesc.

Em três dias de sessão neste Parlamento temos nove deputados interessados em assinar uma CPI. É lamentável, inaceitável.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença do vereador Levi, da Câmara de Vereadores de Joinville, do PPS, que está prestigiando a Assembleia Legislativa.

Desejo boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, companheiro deputado Pedro Baldissera, srs., deputados, sras., deputadas, público que nos acompanha pela TVAL.

O meu pronunciamento, sr. presidente, é devido a uma visita surpresa que a nossa comissão de Saúde realizou há exatamente uma semana, na última quinta-feira, ao Hospital Regional de São José.

A nossa comissão de Saúde estava acompanhada pelo deputado Sargento Amauri Soares, membro dessa comissão, juntamente com o deputado Serafim Venzon.

Essa visita surpresa da comissão foi acompanhada também por um bom número de representantes da imprensa, de canais de televisão, de rádios e jornais. E foi importante para poder documentar com realidade aquilo que nós lá encontramos. E foi de surpresa, exatamente porque se nós avisarmos com antecedência que a comissão de Saúde vai fazer uma visita de praxe ao hospital, as coisas são acomodadas, são arranjadas, são maquiadas com antecedência. Por isso, acabamos fazendo a visita de surpresa, mas comunicamos à direção do hospital, naturalmente assim que chegamos, e assim procedemos à visita.

Quero justificar que só uma semana após essa visita, estou aqui na tribuna trazendo essa situação, porque na quinta-feira fiquei dois dias em Brasília, no ministério da Saúde, participando de um Fórum Nacional de Monitoramento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, e só hoje consigo estar na sessão ordinária da nossa Casa.

Também quero, de antemão, dizer que é mais uma visita de tantas outras visitas que já fizemos. É mais uma visita de tantas outras que a comissão de Saúde já fez, para constatar a mesma realidade, a mesma situação que se prolonga, que se prorroga, interminável, que não tem fim, de uma situação cujo diagnóstico o governo já tem.

O governo do estado, a secretaria da Saúde do Estado, já tem sobejamente o diagnóstico dessa situação da saúde por vários meios, e nós mesmos da comissão de Saúde entregamos um volumoso relatório ao governo, há mais de ano, retratando a situação dos hospitais de Santa Catarina e dos hospitais próprios do estado.

Então, essa realidade já é conhecida, mas o governo do estado continua a fazer o diagnóstico, sendo que no momento o governo do estado está sob uma consultoria internacional que está estudando os hospitais ainda para apresentar uma proposta de gestão.

Vejam bem! Praticamente no início deste ano, o governador anunciou à nossa bancada do PT, quando estivemos em uma audiência no Palácio da Agrônômica, convidados pelo governador, que em menos de 30 dias teria em mãos o relatório dessa consultoria e que providências urgentes seriam tomadas. No entanto, já se passaram vários meses, deputada Ana Paula Lima, deputados Neodi Saretta e Padre Pedro Baldissera, que estavam presentes nessa audiência e são testemunhas das palavras do governador, e essa situação se prolonga.

O motivo da visita que fizemos foram os inúmeros registros de ocorrências, são dezenas e dezenas de registros de ocorrências, que há vários meses os servidores do Hospital Regional São José e o Sindicato da Saúde vêm fazendo, para poder documentar a realidade, a realidade difícil, inaceitável, com que assumem os plantões. Por exemplo, vou ler um relato desses, com data de 29 de julho.

(Passa a ler.)

"Comunicamos que no plantão diurno das 7h às 19h, do dia 29 de julho de 2013, assumimos com falta de funcionários em dois setores, na emergência-geral e na unidade de acolhimento, com 20 pacientes, e uma unidade dos externos com aproximadamente 30 pacientes".

Foi comunicada à direção do hospital, e essas situações continuam se repetindo.

(Continua lendo.)

“Comunicamos novamente que estamos somente com dois técnicos de enfermagem para atender a nove pacientes na sala de reanimação”.

A sala de reanimação é uma UTI, só recebe pacientes graves, inclusive a sala está adaptada para receber e atender a apenas três pacientes. E nós tínhamos lá nove pacientes, três pacientes encubados. Os outros pacientes também precisariam estar encubados, mas não tem equipamentos e com apenas dois técnicos de enfermagem para esse atendimento.

Esse relato foi feito no dia 30 de julho. E assim sucessivamente eu poderia ir lendo, relatando todos esses diversos registros de ocorrência sobre essa situação. E o que foi que vimos?

Imagens do hospital estão sendo mostradas no telão do nosso plenário.

Nós encontramos o hospital, desde a sala de recepção, com excesso de pacientes para serem atendidos, todos os corredores superlotados com pacientes em pé, em cadeiras e em macas. Vimos, inclusive, um paciente com tuberculose ativa há 30 dias numa maca, nos corredores do pronto-socorro. Encontramos as salas de reanimação, de acolhimento e de medicamentos superlotadas.

Eu mesmo falei, pessoalmente, com uma senhora de 81 anos, que está há 30 dias numa cadeira esperando o encaminhamento para um internamento e para os procedimentos que ela precisa, pois está com diabetes e outras comorbidades, outros problemas associados.

Portanto, é uma realidade cruel, e que as imagens aqui mostram. Há três salas de Raios X, com apenas uma funcionando. Uma sala está fechada por falta de uma ampola que estava queimada no aparelho, porque não há previsão de estoque - problema de gestão. Outra sala está fechada porque o aparelho de ressonância magnética não está funcionando. E para fazer principalmente os procedimentos que injetam contrastes precisa-se de uma seringa que acopla a bomba de infusão, e há falta de seringas - isso é problema de previsão de estoque, e é inaceitável.

Uma paciente estava para descer de um andar para realizar uma arteriografia, um procedimento para um diagnóstico importante. E, possivelmente, seria um diagnóstico dificultado, em função das imagens que estariam prejudicadas devido à qualidade do equipamento.

Então, não tem mais justificativa. O que está por trás disso? Com certeza, em primeiro lugar, está o problema de gestão, o problema de vontade política do governo do estado, do sr. governador, e da secretaria estadual de Saúde, que agora, depois de um secretário inoperante, que não vestia a camisa do SUS, que recebia bem a todos... Eu mesmo fui recebido dezenas de vezes, só pela comissão de Saúde ou acompanhado de prefeitos e vereadores, e ele nos atendia cordialmente, mas não resolvia e encaminhava nada. E os problemas foram sendo procrastinados, colocados na mesa e empurrados com a barriga. E aí está a situação, hoje. E assim temos problemas de gestão.

Há um ou outro problema, que é o do Hospital Florianópolis, que está fechado para uma reforma que não termina nunca. Quando vai terminar a reforma do Hospital Florianópolis? E o governo ainda pensa, teimosamente, em entregar para uma organização social, deputado Sargento Amauri Soares, com todas as advertências.

Na quarta-feira da semana que vem vamos receber, na comissão de Saúde, uma equipe de vereadores do município de Araranguá, que virão com mais denúncias sobre o Hospital de Araranguá, administrado pela organização social. Esse caminho o governador já sabe que não pode trilhar, e já foi advertido várias vezes.

Mas precisamos colocar imediatamente em funcionamento o Hospital Florianópolis para dividir atendimentos com o Hospital Regional de São José. E governo do estado também poderia dividir parte desse atendimento. Inclusive, o atendimento do Samu, que chega ao Hospital Regional de São José, poderia ir para o Hospital Celso Ramos, e não vai. Por quê? Eles poderiam estar compartilhando os atendimentos!

Então, para concluir, quero dizer que no ano passado, depois de 60 dias de greve dos servidores da Saúde, 600 servidores foram chamados para o Hospital Regional de São José, sendo que 140 foram para o Instituto de Cardiologia e 420 ficaram no Hospital Regional de São José. E como é que foram distribuídos? São mais de 60 mil horas/plantão e como é que estão distribuídas essas horas/plantão? Por que continua essa sobrecarga até o absenteísmo? E absenteísmo por quê? Porque não há uma política de valorização dos servidores da saúde, que são essenciais para o atendimento.

Então, são problemas do governo do estado.

Vamos fazer um relatório disso, que será encaminhado ao governador, à secretaria estadual, ao Ministério Público, que já nos solicitou esse relatório. Assim, esperamos imediatamente, urgentemente, porque não dá mais para adiar, a solução dessa situação caótica e grave da saúde.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, não estava inscrito para falar, mas me inscrevi aproveitando o tempo possível exatamente para repercutir um pouco mais a fala do deputado Volnei Morastoni. Até me postei para um aparte, mas percebi que não deveria interromper o deputado, pela clareza, pela importância e pelo raciocínio que veio desenvolvendo o deputado Volnei Morastoni, inclusive quero parabenizá-lo pela sua ação.

Mas não poderia deixar de vir a esta tribuna para continuar repercutindo isso, porque também temos acompanhado essa situação de perto, tentado intervir nas ações relacionadas à saúde do estado e, também, sejamos francos, já ouvimos diversas vezes nesta tribuna que Santa Catarina faz a sua parte, que aqui está tudo bem.

Eu até vi quando a nova secretária de estado da Saúde assumiu. Vi uma entrevista em que ela dizia mais ou menos o seguinte: "Olha, os

municípios fazem a sua parte, o estado faz a sua parte. O problema está na nação”.

Quero dizer o seguinte: se tem problema na saúde, todos têm responsabilidade nas gestões, seja o município, o estado ou a união. Agora, dizer que Santa Catarina está fazendo a sua parte de forma total, realmente esse quadro descrito pelo deputado Volnei Morastoni desmente qualquer afirmação nesse sentido.

Há problemas de gestão, sim; há problemas de melhor administrar isso; há problemas também de aplicação, ou seja, de quanto quer se aplicar em saúde. Temos dito aqui reiteradas vezes que não há prioridade se você não determina que essa prioridade seja também no orçamento e nos recursos.

A lei determina que no mínimo 12% do orçamento devem ser aplicados em saúde. Ora, se você aplica apenas o mínimo e às vezes ainda tem que fazer alguma engenharia financeira para atingir o mínimo, como é o caso dos relatórios que o Tribunal de Contas aponta em relação à Santa Catarina, você não está priorizando a saúde. É lamentável, inclusive, até faço um gancho em relação ao que está em discussão no Congresso Nacional, que ao aprovar a Câmara dos Deputados em primeiro turno o chamado Orçamento Impositivo - que não é Orçamento Impositivo, pois há um erro, é Emenda Parlamentar Impositiva, e acho que até a própria imprensa poderia corrigir essa distorção que está sendo dita -, não conseguiu sequer vincular que parte disso fosse para a saúde.

Havia uma discussão que para ser aprovado pelo menos a metade das emendas fosse para a saúde, depois o governo federal já aceitava 30%. No final prevaleceu a ideia de deixar livre.

Se quisermos que quadros como esses sejam melhorados, temos que efetivamente pensar também no direcionamento de mais recursos, de novos recursos e de uma perspectiva também, como disse o deputado Volnei, sim, de melhor gestão. Os diagnósticos estão sendo feitos, já foram feitos, historicamente são apresentados, empresas são

contratadas, fazem e trazem diagnósticos, mas os problemas persistem.

Então, queria, deputado Volnei Morastoni, ao tempo que vou lhe conceder o aparte, solidarizar-me a essa luta e dizer que temos que ter um posicionamento mais efetivo no sentido de que Santa Catarina diga se é a saúde prioridade. Assim sendo, tem que mudar as ações, a gestão, os encaminhamentos, mas também a prioridade orçamentária que não temos visto para além daquele mínimo constitucional exigido.

Portanto, há um clamor de toda a sociedade catarinense, de melhorias na área da saúde tão importante, tão necessária. E temos a esperança de que a saúde possa, de fato, ser colocada como prioridade.

O Sr. deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, acho importante isso que v.exa. acresce ao que já havia manifestado, mas quero acrescentar dois pontos. Primeiramente, ainda relacionado com o hospital, constatamos lá que das 15 salas cirúrgicas, parte delas não funciona por falta de anestesistas. Precisamos de quatro anestesistas por sala de cirurgia. O hospital tem 26 anestesistas. Estão faltando 34 anestesistas. É um esforço de uma política especial que o governo do estado precisa ter para poder colocar em funcionamento as 15 salas de cirurgia.

São necessários ali 60 anestesistas, e o governo tem que ir a busca desses profissionais. Ele precisa ter uma forma de conquistar esses profissionais, porque, com essas salas de cirurgia funcionando e adequando também os leitos de UTI, isso daria com certeza um fluxo muito bom para o hospital e resolveria grande parte do problema dos pacientes que ficam semanas e meses estagnados na porta de entrada, aguardando uma vaga para essa finalidade. E foram palavras da própria diretora do hospital, dra. Marise. Então, trata-se de problema de gestão.

Também quero acrescentar que esse hospital agora nas redes de atenção foi classificado como um hospital de porta de entrada, de porte dois, que vai receber um valor mensal para custeio e que assumiu mais responsabilidades e precisa resolver esses pontos de gestão.

Em segundo lugar, não poderia deixar de mencionar que a questão de grande parte dos pacientes que afluem ali, que superlotam o pronto-socorro, é por deficiência da atenção básica no entorno. Uma parte dos pacientes vem de Florianópolis, mas vem de Biguaçu, de Palhoça, do entorno de Florianópolis e principalmente de São José. Como se admite que um município do porte de São José, que é do porte de Itajaí, não tenha um ponto de atendimento, não tenha uma UPA? Como pode isso? Esse é outro problema de gestão.

A secretaria já deveria ter sentado com esses municípios e resolvido a questão da atenção básica. Esses pacientes poderiam ser atendidos nos Postos de Saúde e nas Unidades de Pronto Atendimento que os municípios precisam ter. Então, isso sobrecarrega o Hospital Regional São José. Esse é outro problema de gestão, que também compete ao governo do estado que não cumpre o seu papel na relação com os municípios.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado. Complementando inclusive essa questão que v.exa. fala nos municípios que não tem uma UPA, eu diria que o grande afogo dos hospitais da Capital se deve também de os hospitais regionais e demais municípios não estarem devidamente equipados por falta efetiva de apoio e condições para que se estruturam e possam diminuir o fluxo de tratamento fora do domicílio.

É claro que isso vai existir, porque sempre vai haver um hospital que, eventualmente, terá um novo equipamento, mas temos muitos pacientes sendo transferidos de cidade, que poderiam perfeitamente ser atendidos na sua região, se os hospitais municipais e regionais fossem mais bem equipados.

Então, realmente é uma necessidade que de fato a saúde seja colocada como prioridade. E para finalizar quero deixar registrado que lamento que

nessa discussão, no Congresso Nacional, sobre as emendas impositivas, não tenha sido contemplada a saúde e que parte disso fosse direcionado para a saúde. Quem sabe isso ainda possa ser corrigido, pois tem a segunda votação e tem o Senado, porque precisamos de fato ter mais recurso na saúde, no Brasil, em Santa Catarina e nos municípios também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.